

## A CLÍNICA DO TESTEMUNHO. A EXPERIÊNCIA DE REPARAÇÃO PSÍQUICA

THE "TESTIMONY CLINIC". THE EXPERIENCE OF PSYCHIC REPAIR

Bárbara de Souza Conte<sup>1</sup>

A morte é o sem resposta [...] a linguagem é justiça.  
(Emmanuel Levinas)

A inspiração para participar deste “Em Pauta” advém da experiência clínica com o trabalho desenvolvido através do projeto SIG/Clínicas do Testemunho, convênio da Sigmund Freud Associação Psicanalítica com a Comissão de Anistia/Ministério da Justiça. Ouvimos o testemunho de anistiados e de seus familiares da segunda geração. Interrogamo-nos sobre o valor do testemunho e sua diferença do depoimento. A narrativa de quem viveu a experiência de ser preso, interrogado, torturado, cassado, humilhado e quais as marcas nos familiares. De que maneira incide nos sujeitos as experiências de violência e quais os destinos possíveis de elaboração ou recomposição do traumático vivido, a partir da recuperação do ideal, da transformação do narcisismo na forma de um substituto. Dessa forma, a violência e o narcisismo aparecem como pontos de tensão nos desdobramentos da cultura e nas configurações da clínica, neste caso, na especificidade do Clínicas do Testemunho.

Vivemos no grupo de trabalho criado através do Projeto aquilo que foi inaugural para pensarmos sobre a importância do testemunho como quebra do silenciamento, como o aparecimento do sujeito, como a coletivização da experiência. No grupo, um dos participantes relata a história de um familiar “desaparecido” em outro país, este fato silenciado permanecia em estado “não sabido” que ficava como uma vida/morte não falada, envolvendo tanto os sujeitos como as relações deste grupo familiar. À medida que o grupo de trabalho foi se constituindo este desconhecimento ganhou uma configuração de história, e, nesta direção, criou-se a mobilização para “ir atrás” do acontecimento, ao mesmo tempo em que as relações familiares e os segredos foram dando lugar a um conhecimento sobre a vida e sobre a morte, enfim desmembradas. Um ideal se descortina: recuperar a história a partir do perdido até então nunca encontrado – um corpo desaparecido.

Enquanto isso, começamos a escuta de outras histórias. Partimos do princípio de que todas as situações relatadas têm a intensidade de um trauma e causam efeito traumático em quem as viveu. Não há como passar ileso por elas. A experiência é individual e coletiva, por isso abrange os aspectos psíquicos, subjetivos, mas também em sua transmissão aponta as marcas na geração seguinte e coletiviza a experiência transformando-a em memória. Temporalizar a história

<sup>1</sup>Psicanalista. Doutora em Psicologia pela Universidade Autônoma de Madri. Membro Pleno da Sigmund Freud Associação Psicanalítica. Coordenadora do Projeto SIG/Clínicas do Testemunho. Email: barbara.conte@globo.com

individual é se dar a conhecer. Os relatos testemunhais são narrativas, falas, pois têm como condição a implicação do narrador nos fatos e seu relato e, como verdade interna, não persegue uma verdade externa no momento que é enunciada.

O sujeito não só tem experiências como pode comunicá-las, construir seu sentido e, ao fazê-lo, afirmar-se como sujeito. A memória e os relatos de memória seriam uma “cura” da alienação e da coisificação. Se já não é possível sustentar uma Verdade, florescem em contrapartida verdades subjetivas que afirmam saber aquilo que, até três décadas atrás, se considerava oculto pela ideologia ou submerso em processos pouco acessíveis à simples introspecção. Não há Verdade, mas os sujeitos, paradoxalmente, tornaram-se cognoscíveis. (SARLO, 2007, p. 39).

Esta fala da escritora argentina, que ao escrever sobre a época da ditadura em seu país introduz o tema de como o tempo passado se faz presente e quais as formas de trazer de volta uma história que não foi narrada e/ou que não foi investigada. Relata que quando a academia passa a se ocupar de fontes testemunhais orais, abriu-se o lugar da dimensão subjetiva no estudo da história e da memória individual e coletiva. Inaugura-se o campo dos estudos culturais e dos modos de subjetivação do narrado, o que nos anos 1970/1980 foi chamado de “guinada linguística”, que acompanhou a “guinada subjetiva”. Tal concepção, assim como a psicanálise na virada do século XX, instaurou o subjetivo como lugar da fala, onde o sujeito pode fazer seu aparecimento, se revelar.

Colocamos em análise duas questões. A primeira tem sido a experiência que vivenciamos cada um de nós e como grupo enquanto testemunhas das falas que ouvimos. Testemunhas do testemunho que, através da escuta, vivenciamos, ao mesmo tempo, a intensidade da repetição traumática e nos tornamos substituto possível de investimento objetal. Ao tornar possível a experiência de proporcionar sentido e transformar o investimento narcísico até então retido no corpo, ou no delírio, ou no silêncio solitário do até então nunca narrado, em investimento objetal colocamo-nos como testemunha do testemunho, objeto do endereçamento do sofrimento psíquico.

A segunda questão é a verdade dos fatos. A verdade dos fatos está dirigida para que o outro a desvende, e este é o lugar fundamental do psicanalista em sua escuta no âmbito subjetivo, assim como é a do historiador e do jurista, no âmbito coletivo. Esta é a riqueza experimentada nos grupos de trabalho, no atendimento individual e no grupo de testemunho, onde estão anistiados, familiares (psicólogos, historiadores e advogados), além de nós, psicólogos e psicanalistas, no exercício da fala e da escuta. Mas o que é desvendar a verdade do testemunho?

Entre uma e outra verdade o sujeito se revela, mas, na verdade subjetiva, a escuta torna possível as traduções; na verdade objetiva os fatos tornam-se memória histórica. A partir desses marcos, propomos pensar o Clínicas do Testemunho.

**O TESTEMUNHO: SUJEITO DA FALA SE FAZ APARECER FRENTE AO OUTRO QUE O ESCUTA**

Freud (1895/1990), na *Carta 52* e no *Projeto para uma Psicologia Científica*, refere que para que o simbólico aceda, traduções são necessárias. Traduções que retranscrevem, em outro tempo, excitações sexuais que permitem ao aparelho psíquico ir se complexizando e tecendo redes de significância que dão sentido ao vivido.

Tradução é a passagem de uma fase à outra da constituição psíquica ao mesmo tempo em que ocorre a inibição da pulsão de morte, do gozo mortífero. A tradução implica um princípio de funcionamento do prazer/desprazer. Por outro lado, ocorre compulsão de repetição quando não tem tradução: é repetição de um excesso de excitação sempre idêntico, sem transformação.

O que produz a diferença entre a tradução e a compulsão é a fixação. Fixação é um modo de resolução ou de reordenamento de um excesso, que é da ordem da qualidade do traumático. Por isso, o que Lacan chamou de Real é entendido como o irreduzível do trauma, ou seja, uma vivência que, por sua intensidade, deixa marcas psíquicas que não se recompõem como ligação psíquica. E é também por isso que Lacan afirma que o Real está inscrito no corpo, isto é, há sempre uma intensidade que excita como pulsão, uma força. Nesse caminho de compreender o que ocorre quando um acontecimento traumático se instala, Freud nos diz que há uma simultaneidade entre o investimento de desejo da imagem recordada e a percepção, que gera uma qualificação da experiência que é a ordem do idêntico. Sendo assim, a descarga é a única forma de alívio da excitação.

Acompanhamos um anistiado que está em atendimento no Projeto, para fazer seu testemunho na Comissão Estadual da Verdade. No dia combinado, com todos os procedimentos previamente combinados, ficamos de nos encontrar com G. na frente do prédio da CEV. Pouco depois do horário combinado uma pessoa conhecida dele telefona dizendo que ele está perdido, pois havia “esquecido” o endereço. Ao tentar contato telefônico com ele descobrimos que havia trocado o chip do telefone com a companheira, que mora em outra cidade. Ele e quem o devia acompanhar ficaram a andar, perdidos e procurando-se pela redondeza do prédio, até que ele a identifica e se encontram. No momento do encontro ele disse “pensei que estavam me seguindo” ao que lhe foi dito que naquele momento o estávamos acompanhando. Ele estava extremamente ansioso, todo suado e o encontro era um misto de tensão e alívio. Durante seu testemunho na CEV, em dado momento, lhe foi perguntado como fez para resistir por tanto tempo antes de “cair”. Ele responde: “eu chegava umas duas horas antes e ficava dando volta no “ponto” para ter certeza que podia chegar. Eu não era um suicida”.

Assim entendemos o que se passou na cena da chegada. Ir fazer seu testemunho havia intensificado o trauma de “cair”, ser preso e ele colocou em ato sua angústia “esquecendo-se” do endereço e das combinações, ficando sem contato para não chegar, ao mesmo tempo em que reviveu a cena que antecedeu sua prisão. Toda a angústia foi vivida no tempo que antecedeu o testemunho. Ao fazer seu testemunho estava sereno, algo de “triumfante”... Havia sobrevivido.

Quando há traduções possíveis, ligações psíquicas, possibilidade de recalque, é porque se cria uma dessemelhança entre o objeto desejado e a percepção deste objeto. Há dessemelhança e diferença que coloca em marcha o processo de julgar e o trabalho de pensar, processo simbólico que marca uma substituição e possibilita a fala, um símbolo, uma metáfora.

No primeiro encontro como participante do Clínicas do Testemunho chegou com uma sacola de documentos, recortes de jornais e escritos, e disse: “trouxe um pouco de minha história”, mas o convidamos a falar sobre ela.

Mais tarde nos diz: “Hoje em dia a minha história está em livros e até em teses... Imagina, eu, que quase não tenho estudo... Vão até minha casa para que eu conte o que fiz...”

Assim, podemos pensar em “linguagens” distintas: linguagens do corpo, do ato e da fala. Na linguagem da fala está inscrito o simbólico e aí aparece o sujeito, uma vez que o objeto que excita não é mais o que se mantém idêntico e sempre presente, mas aquele que produz uma brecha que marca a ausência, a falta e possibilita a diferença. Aí se faz o símbolo e o campo da fala. E ao advir o sujeito do inconsciente a psicanálise fez surgir um método.

Freud (1895/1990), ao falar do método psicanalítico, sustenta-o na associação livre e na atenção flutuante, ou seja, introduz aí o tema da escuta sem nunca ter se referido a ela especificamente. Superar a resistência da associação, através de um esforço (trabalho psíquico) de orientar a atenção do enfermo para as marcas de representação buscadas, ou seja, aquelas que por serem traumáticas estavam na base do sintoma e do sofrimento psíquico, era a proposta do método psicanalítico.

“Uma representação que está em uma cadeia associativa é um elo entre a representação de partida e a buscada, a patógena [...] é um ponto de partida de uma nova série de pensamentos e recordações.” (p. 278). As imagens visuais que o paciente relata são utilizadas para que, ao transpô-las em palavras, desmonte a imagem primeira e abra a possibilidade de uma nova imagem. As marcas impressas no corpo e na mente registram uma memória a ser conhecida. A escuta assim desenhada por Freud não é balizada pela cronologia (passado, presente, futuro), nem é dirigida ao núcleo patógeno de forma concêntrica, ou seja, visando a um só ponto. Mas inclui uma escuta por um caminho irregular e de múltiplas voltas em que o conteúdo do pensamento se enlaça com o patógeno. Os acontecimentos vividos adquirem o estatuto de trabalho psíquico.

Introduz-se, então, a escuta em uma temporalidade que se constitui no “só

depois” da posterioridade, em outro tempo e com novas (re)composições. Então Freud (1895/1990), em 1895, já deixava aberto o caminho para o tema das construções e reconstruções. Mas assinala também que a escuta está sustentada no amor de transferência e na abstinência, condições fundamentais para que a escuta psicanalítica se diferencie de qualquer outra escuta e que o psicanalista, ao oferecer esta escuta, a realize frente ao efeito que o outro exerce no indivíduo para o formar na intersubjetividade. Aí está inaugurado o campo do individual e do social.

Aponta que o tratamento psicanalítico deveria ser efetuado em um estado de privação do analista – o que chamou de abstinência – mas que isso não significa agir sem qualquer satisfação. Aponta o negar a uma satisfação real e oferecer um substituto – outra via, vias colaterais. Escuta é, então, amor transferencial em estado de abstinência que produz novos caminhos psíquicos. Diria que em nosso trabalho é testemunhar o testemunho, produzindo um substituto.

Sublinhamos esta ideia de que novas vias psíquicas ocorrem por substituição a partir do artigo que inaugura novos horizontes à compreensão do sujeito, *Introdução ao Narcisismo* (1914/1990). Propõe Freud de que

um sujeito erigiu em si um *ideal*, pelo qual mede o seu EU atual, [...] o amor por si mesmo que já foi desfrutado pelo EU verdadeiro na infância dirige-se agora a esse EU ideal. O narcisismo surge deslocado nesse novo EU que é ideal e que, como o Eu infantil se encontra agora de posse de toda a valiosa perfeição e completude. [...] mas não pode manter-se neste estado (pela educação e capacidade de juízo) e procurará recuperá-lo então na nova forma de um *ideal-de-Eu*. Assim, o que o ser humano projeta diante de si como seu ideal é o **substituto** do narcisismo perdido na infância, durante a qual ele mesmo era o seu próprio ideal (FREUD, 1914/1990, p. 90-91).

Já em *Luto e Melancolia*, Freud (1915/1990) se vale dessas ideias para apresentar o processo de melancolia como uma impossibilidade do sujeito frente à perda do objeto amado e de desinvestimento deste objeto que é ambivalente. A perda do objeto transforma-se em uma perda do ego, a partir de uma forma peculiar de identificação. “A identificação narcisista passa a ser um **substituto** do investimento de amor, o qual traz por resultado que o vínculo de amor não deve ser abandonado apesar do conflito com a pessoa amada. Um substituto assim do amor do objeto pela identificação é um mecanismo importante para as doenças narcisistas de amor” (p. 247). No final de seu texto ressalta que a regressão da libido para Eu dá lugar ao narcisismo, quando “o conflito com o Eu que a melancolia troca pela luta pelo objeto deve atuar como uma dolorosa ferida que pede um contrainvestimento extraordinariamente elevado” (p. 255).

Assim, Freud (1915/1990) introduz como necessário um substituto para a transformação do narcisismo na passagem do ego ideal ao ideal de ego e emparelha esta constatação com a possibilidade de aceitação da perda dos objetos investidos, processo de elaboração que consiste em que haja substituição do objeto amado e perdido. Dessa forma, ocorre trabalho do luto e trabalho psíquico. Em ambos os processos, tanto os pais da infância como o excesso de realida-

de marcam a perda dos objetos de amor e as transformações de investimento narcísico em objetos, que inscrevem o sujeito na cultura. Mas ressaltamos que o trabalho psíquico se torna possível quando há o trabalho do luto, substituição e transformação narcísica indispensáveis para que um novo objeto seja investido.

Sou professora aposentada, tenho 72 anos. Sendo esposa de um ex-torturado pela ditadura militar, sinto-me inteiramente à vontade para gritar ao mundo todo o desespero que uma tortura faz nos cérebros humanos.

Quando meu marido era jovem, estando no 4º ano de medicina, ele acreditava e lutava por uma sociedade justa, onde o pão de cada dia não faltasse às mesas dos seus semelhantes. Filiou-se ao Partido Comunista Brasileiro e ia esporadicamente ao Uruguai encontrar-se com seus companheiros de luta. Foi preso e torturado psicologicamente e foi ali que um homem de vergonha teve sua mente totalmente esfacelada. Um homem com brios, com sensibilidade de poeta. Resultado: ficou louco. Aquela inteligência não suportou o peso da estupidez. Anualmente ele é hospitalizado com fortes surtos de mania, acreditando-se perseguido pelo DOPS. O passado doloroso fixou-se no seu cérebro a ponto de ele pensar que eu era uma agente da ditadura e que havia casado com ele para espioná-lo [...]. Neste momento, o torturado vira torturador e diante desta problemática que sofri na carne estou relatando os fatos no livro "Memórias de uma mulher torturada".

Como cidadã brasileira e com minha faculdade mental perfeita, me sinto no dever de dizer que jamais me esquecerei daquele fatídico dia em que vi o rosto da morte impregnada na alma de um Presidente deposto pela ditadura militar, a caminho do exílio. Seli Nachtigall Maurício.

Tempo da guerra, das neuroses traumáticas. Em função das neuroses de guerra Freud (1915/1990) dizia que havia dois tipos de reação: um para quem estava no *front* e outro para quem não combatia. No primeiro caso, quando havia ferimento físico, não havia, inicialmente, manifestação de neurose traumática, mas investimento narcísico, ou seja, a libido objetal se retirava do objeto e se dirigia ao corpo, mais especificamente à parte danificada do corpo. Expressão que chamou de libido narcísica e que introduz a mudança da teoria das pulsões que fará anos depois. Marcamos este ponto, pois o tema da libido narcísica e da pulsão de morte passarão a ser objeto das modificações e ampliações teóricas de Freud em seus escritos de metapsicologia.

No segundo caso, quando não havia ferimento físico, havia desagregação psíquica até a psicose. Marcava a relação e a fronteira do corpo e do psíquico. Primeiro a libido dá conta de restaurar o corpo, depois a intensidade de excitações psíquicas se repetem e se descarregam, até que a excitação sexual entre em um circuito pulsional que torne possível que haja representação psíquica do dano vivido.

A escuta dos novos males marcam o efeito das intensidades no aparelho psíquico do sujeito, gerando o que assinala como *não constituição psíquica simbólica*, marcas que ficam como excesso, sem alcançar o campo da representação, de ligação em outro tempo. Geram também a *desconstrução*, que supõe

o processo de fixação, retranscrição, passagem das marcas para o estatuto de representação, instaurando o simbólico e que em dado momento ao ocorrer um acontecimento com intensidade de excitação, rompe, fura, desfaz a organização psíquica.

Dois caminhos que unem o narcisismo à pulsão de morte. Daí os registros serem designados como bolhas, almas penadas, espinhos encravados, todas expressões que revelam uma tentativa de dizer daquilo que fica à espera de um destino, por serem excesso. Importante ressaltar que Freud (1915/1990) coloca em cena a importância do narcisismo, do ideal e da compulsão frente ao excesso que é da perda e da invasão ao ego, que desmonta a estima de si. O trauma como algo que advém de uma intensidade interna ou externa invade o psíquico e se reduz à sobrevivência do corpo, introduzindo o narcisismo como elo entre o corpo e a sexualidade e o ideal como substituto, via de recomposição psíquica que transpõe a morte em vida, como na fala de Seli sobre si e seu marido.

A maioria das pessoas que ouvimos no Clínicas do Testemunho viveram violação no corpo, tortura e se recolheram narcisicamente como forma de sobrevivência. Ao lado das práticas de silenciamento está o tempo para abrir brechas que permitam que o sujeito reapareça. Mas, nesse tempo necessário de recolhimento, os efeitos se fazem aparecer nas gerações seguintes. No documentário *15 filhos*, de Marta Nehring e Maria de Oliveira (1996), temos no testemunho de Janaína que *“tortura é muito sacana porque você leva para o resto da vida”*, inclusive com a não certeza se na tenra infância os filhos vivenciaram ou não a tortura, uma vez que alguns foram presos junto com seus pais. As recordações da infância e da clandestinidade criam “brancos”, “buracos” como os expressos nestas falas *“eu perguntava... Explicavam... Eu perguntava de novo... E esquecia de novo” [...] “nome da mãe era um, o nome do pai era outro... Não sabia qual era... Minha infância tem a lembrança de um mistério”* (Priscila Arantes); *“eu não sabia o nome do meu pai... Chamava de tio... Demorei anos para saber que não sabia o nome deles... Como que eu sou filha deles e não sei o nome deles... Um absurdo”* (Janaina Telles). Buracos e brancos que envolvem a identidade e a estima que se enuncia pela pergunta *“Quem sou eu?”*, *“O que se passou comigo?”*, *“Quem são meus pais?”*.

O trauma assume a dimensão de catástrofe do social que envolve não somente a um sujeito senão a um grupo. É um desorganizador ou destruidor da ordem, da organização até ali operante que gera a impossibilidade de sentido de futuro. Impede a reflexão crítica. Obriga ao sujeito e ao coletivo um trabalho permanente de recuperar a historização que, como assinala Hanna Arendt, supõe datar, situar, circunscrever e forçar uma linguagem para situar cada mal-estar como um fenômeno histórico singular.

Dupla face do individual e do coletivo que no Clínicas do Testemunho se faz pela escuta analítica individual, e em grupo que, depois de muitas reflexões, denominamos de Grupo de Testemunho. Nesse contexto, a escuta não encapsula o sujeito como vítima que padeceu o horror, ou o familiar que “carrega” os efeitos do trauma vivido, mas mantém um espaço de reflexão aberto, que tanto dá lugar ao testemunho da experiência singular de cada paciente, como testemunha a impossibilidade de enunciação – de linguagem – que impõe um real,

um horror de intensidade ainda não representada, mas que implica em uma memória que torna uma cena imaginável, como nestas palavras:

O horror da tortura é indescritível [...] a brutalidade do que se passa a partir daí confunde um pouco a minha memória. Lembro como se fossem flashes, sem continuidade. [...] a tortura era dirigida para o aniquilamento. [...] o objetivo era, pouco a pouco, nos anular, como pessoas e como militantes [...]. Eles inventaram um método tão perverso em que aparentemente nós não reagíamos, como se fôssemos cúmplices de nossa dor. Isso durava horas ou noites, não sei bem [...] era um método de aniquilamento progressivo. E foi realmente o período em que eu mais me senti desestruturada, mais do que em toda a loucura dos primeiros dias porque você já sabe o que é a tortura, e ela parece que nunca terá fim [...] e eu tinha apenas 22 anos. Quarenta e três anos se passaram desses acontecimentos. Restaram pequenas cicatrizes no meu corpo, e essa história [...] reconstruí minha vida. Mas reconstruir não significa esquecer. Reconstruir significa saber conviver com esses fatos lutando para que não se repitam jamais.<sup>1</sup>

Assim, concordamos com Bleichmar (2010) quando afirma que “o traumático não é produto direto de estímulo externo, senão que é produto da relação existente entre o impacto e o afluxo de excitação desencadeada” (p. 17). O trauma alude à interrupção de uma lógica psíquica, por uma situação que intensifica a quantidade de excitação psíquica. Poderíamos pensar em uma inundação que depois de transbordar o rio volta ao leito normal. Há, no entanto, um impasse. O decisivo é que a causa que faz transbordar, dismantelar psiquicamente o sujeito não se retira, permanece e se faz obstáculo à recomposição. Continua a produzir efeitos, como uma flecha onde parte penetra e a parte que está para fora continua a produzir efeitos. Produz efeitos em quem sofre e na geração seguinte, que ou silencia ou “vai atrás” de saber o que se passou sobre aquilo que ninguém fala.

O pai abraça a mim e à minha mãe e não lembro de mais nada... O silêncio toma conta de tudo (p. 15). Outro dia, minha irmã foi para o quarto do meu pai, entrou no guarda-roupa e ficou lá um tempão... Fui ver o que estava fazendo e ela respondeu: Estou cheirando as roupas dele [...] nunca poderei descrever e nem esquecer. Parece que ele está lá. Muitas vezes fizemos isso quando sentimos falta dele. Até aquele momento eu não sabia que sentia saudade [...]. (p. 35).

Meu aniversário passou. Fiz 10 anos enquanto meu pai estava na cadeia [...] um belo dia ele chegou. Veio de trem. Isto é tudo. E não quis perguntar mais nada sobre esse assunto, até hoje (p. 71).<sup>2</sup>

E a Maria Luiza levou 40 anos para perguntar e escrever sobre o que se passou, que seu pai não estava e não chegou no dia de seu aniversário.

As marcas de um trauma podem tomar caminhos distintos no sujeito: ou o transformam em um muçulmano (nas palavras de Levi para aqueles que se resignavam à morte, sem sequer ter o registro deste destino como traumático) ou

produzem um impacto na subjetividade ao modelo de um traço identitário que dá forma a um novo projeto, um novo sentido que se impõe ao futuro (militantes e/ou familiares que mesmo depois do trauma e sofrimento investem suas forças em novas causas). A escuta é fundamental, pois ao “falar o trauma” o horror ganha palavra, há reconhecimento de sua existência e pode dar conta de forjar um destino que não seja a morte (o suicídio) ou o silenciamento que continua a produzir efeitos. Não à toa os processos de reparação psíquica se instauram tanto tempo depois do fato acontecido.

Nessa perspectiva do tempo, Benjamin (SEDLMAYER; GINZBURG, 2012) introduz uma discussão sobre a palavra *Spur*, que se apresenta traduzida ora como “marca” ora como “vestígio”. Marcas são os registros que ficam à deriva do processo psíquico, porque são inscritos com violência. Ficam como marcas que não se “incorporam” ao sujeito. Não o identifica ou ele não as reconhece como suas. Já os vestígios assumem esta característica, pois guardam a impressão de quem os deixa, como uma impressão digital que identifica e é identificada por outro. Esse duplo sentido de marca e vestígio é importantíssimo para pensarmos o valor do testemunho, uma vez que, enquanto a experiência não se efetiva como vestígio, ela não é reconhecida como própria de quem a narra. As marcas que ficam como marcas são “espinhos cravados na carne”, na feliz expressão de Laplanche para falar do arcaico. Os vestígios estão como registros próprios do sujeito e, portanto, permitem identificações.

As vivências de desamparo, de desesperança, de insegurança, de indignação e de ódio surgidas por ser o sujeito objeto de situações arbitrárias, todas essas emoções requerem em primeiro lugar um continente que as receba. Requerem que, se as diferentes dimensões da subjetividade estejam mescladas, haja intervenções que as discriminem.

Entendemos que o trauma que liquida a experiência transmissível é possível de se transformar em experiência como fato compreensível, quando narrado, testemunhado para outro. A escuta analítica ouve o subjetivo, e não coloca a história ouvida em um tempo definido pelo presente, passado e futuro, como uma história já datada e organizada da memória. A escuta é a de uma mensagem que é enigmática e sexual (LAPLANCHE, 1989) porque comporta excitação que, se traduzida, se temporaliza.

Assim, é a subjetividade do testemunho que lhe dá validade, pela autenticidade da fala que transmite o sofrimento psíquico e a certeza de que há quem escute, lugar de alteridade. A escuta do sofrimento dá início a um processo de elaboração psíquica que se efetiva a partir da construção que não revela somente uma verdade histórica, “senão que entretetece, com o histórico vivencial, uma verdade verossímil que permite o domínio da compulsão de repetição [...] que abre-se à recomposição do histórico vivencial, em um processo elaborativo que permita novos modos de circulação entre os sistemas psíquicos [...] abre as possibilidades de passagem de uma psicanálise “extrativa” a uma psicanálise perlaborativa e simbolizante, aberta à simbolização” (BLEICHMAR, 1990, p. 246-247).

Falamos até aqui de várias formas de testemunho. Testemunho como os do

Clínicas do Testemunho, da Comissão da Verdade, testemunhos em espaços privados da escuta analítica, testemunhos escritos ou orais que inauguram a coletivização. Narrativas que se organizam e se estruturam para quem as realiza e para quem se dispõe a escutar, na construção de uma relação de confiança onde se cria a transferência.

Mas Primo Levi (1997) nos alerta de que o testemunho não pode representar tudo o que a experiência foi para o sujeito, há uma dimensão coletiva que recebe e repassa a experiência, além de buscar a verdade do dito. A narração funda uma temporalidade psíquica e social, que a cada repetição e a cada variante torna a se atualizar e, se ouvida, produz um novo conhecimento que abre vias de criação, de vida. Assim se instaura outro tempo, pois novas ligações se articulam onde a narrativa é possível...

o cineasta [...] perseguia o discurso que chegava menos pronto, mais desarmado, a história que ainda não viera à luz [...] ele apostava sobretudo que, na experiência de contar, o sujeito que aceitava o diálogo construía, com o outro, algum sentido, mesmo que precário, provisório, cheio de falhas.<sup>3</sup>

#### **A ORDEM DA VERDADE NA ESCUTA PSICANALÍTICA. O DITO NÃO DITO NO TESTEMUNHO E NO DEPOIMENTO**

Todorov (2002) apresenta uma discussão de como se organizam os discursos para construir a memória: o da testemunha, o do historiador e o do comemorador. Vamos nos deter em especial no primeiro. Chamamos de testemunha ao indivíduo que “convoca suas lembranças para dar uma forma, portanto, um sentido à sua vida e construir assim uma identidade. Cada pessoa é testemunha de sua própria existência, cuja imagem ela constrói omitindo certos acontecimentos, retendo outros, deformando ou acomodando outros ainda” (p. 151). O autor afirma também que o contraste entre a testemunha que fala de sua própria vida e o historiador, que tem como objeto a reconstituição e a análise do passado, é que o primeiro está animado por seu interesse e o segundo, pela preocupação pela verdade.

Contudo, refere o autor que “a testemunha pode achar que suas lembranças merecem entrar para a esfera pública, pois seriam úteis à educação dos outros e não apenas à sua própria formação. Nesse momento, ele produz um ‘depoimento’, que vem concorrer com o discurso histórico, especialmente junto ao grande público” (p. 152). Refere-se então que o testemunho, que era memória individual, passa a ser “memória coletiva”, ressaltando que não é uma memória, mas um discurso que evolui no espaço público. “Esse discurso reflete a imagem que uma sociedade ou um grupo da sociedade querem dar de si mesmos” (p. 155).

É importante ressaltar que em nosso grupo de trabalho aparece a fala de que o trabalho continuado com as pessoas que testemunham suas experiências exerce uma “sensibilização” e “cura” para com a sua história e a história nacional, pois também produz um levantamento do recalcado, silenciado da época, mas produz a possibilidade de integração de suas próprias memórias na coletividade. A história oficial é contada pelos vencedores. A história subjetiva revela

as nuances do esquecido, do não contado, do recalcado que vem à tona para refazer e reescrever também a história dos historiadores e dos que comemoraram. São histórias distintas de uma História nacional a ser igualmente recomposta, como está ocorrendo em nosso país a partir da instauração das Comissões da Verdade e dos projetos de Justiça de Transição.

Habermas (in MEDINA, 2007, p. 13) afirma que é o contexto que traz a demanda de validade ao primeiro plano e torna claro o tipo de ato de fala com o qual estamos lidando, o que nos faz perguntar qual a ordem de verdade<sup>4</sup> quando falamos de testemunho. Quando o sujeito que viveu um ato de violência é solicitado a falar de uma experiência que é da ordem do traumático para ele, podemos utilizar um critério de verdade (objetivo), deixando de lado o enigma que se instaura da vivência que é subjetiva, vale dizer, autêntica?

Buscamos, então, fazer uma distinção entre testemunho e depoimento, tal como encontramos uma diferença na escuta de um e de outro. Testemunhar, como referimos ao início, fala da experiência possível de ser colocada em palavra. É uma decisão privada e pessoal. Já o depoimento serve ao objetivo de criar provas, obter dados e extrair informações<sup>5</sup> (CONTE, 2008). Mantemos como distinta a escuta da psicanálise e a escuta direito. O psicanalista ao escutar intervém, silencia, pontua, fala, constrói sentidos onde estes foram desfeitos e abre o caminho da tradução, (re)construção e perlaboração, diferindo de uma forma de escuta onde o objetivo é criar provas, obter dados, extrair informações.

Assim sendo, a demanda de validade em um depoimento, difere do testemunho, pois evidencia um paradoxo: quem fala precisa revelar e esconder. Revelar o solicitado quanto ao inquérito, a verdade objetiva, que é consciente e esconder o acontecido, como a vivência subjetiva de dor, ou vergonha ou de passivização. O discurso do depoimento é consciente e revela um hiato necessário entre o dito e o não dito. No testemunho este hiato também pode existir, mas o que é não dito, falhado, esquecido é da ordem do inconsciente e a escuta respeita o tempo do que não pode ser revelado – o não dito, ou dito aos pedaços, possibilitando ao ser falado e pontuado que haja a construção de um elo simbólico entre o fato e o registro do vivido, uma elaboração psíquica.

Este é o lugar da escuta e da presença do outro que, intervindo ou não na fala de quem testemunha, supõe uma dupla necessária para que algo novo se instale. O analista coloca-se como um substituto, um objeto para que o narcisismo até então investido no eu/corpo possa se dirigir para um novo objeto. A oportunidade de escuta transforma a dor em uma verdade psíquica e supõe, como vimos, um método de intervenção.

Foucault (1990, p. 60) assinala a característica do Direito que regulamentava os litígios entre os indivíduos, nas sociedades germânicas, como sendo um direito no qual o sistema do inquérito não existia, pois os litígios entre os indivíduos eram regulamentados pelo jogo das provas. O que caracterizava uma ação penal era sempre uma espécie de duelo, de oposição entre indivíduos, não havia intervenção de nenhum representante da autoridade.

Já no direito feudal, o litígio entre dois indivíduos era regulamentado pelo sistema da prova. As provas eram aceitas por ambos e os dois eram submetidos a elas. Esse sistema era uma maneira de provar não a verdade, mas a força, o peso, a importância de quem dizia. Quando um indivíduo era acusado de alguma coisa, devia responder a essa acusação com certo número de fórmulas, garantindo que não havia cometido um assassinato ou roubo. Ao pronunciar essas fórmulas, podia-se fracassar ou ter sucesso. Em alguns casos, pronunciava-se a prova e perdia-se o processo. Não por haver dito uma inverdade ou por se provar que havia mentido, mas por não ter pronunciado a fórmula como devia. Um erro de gramática, uma troca de palavras (ou ato falho) invalidava a fórmula e não a verdade do que se pretendia provar. A confirmação de que ao nível da prova só se tratava de um jogo verbal, é que, no caso de um menor, de uma mulher ou de um padre, o acusado podia ser substituído por outra pessoa. Essa outra pessoa, que mais tarde se tornaria na história do direito o advogado, era quem devia pronunciar as fórmulas no processo. Assim, Foucault nos convoca a problematizar de que a verdade está dada pela condição da fala, e não pela prova. A prova será objeto da justiça.

No entanto, Foucault, ao falar da fórmula, diz da fala como condição de corretamente expressar o jogo verbal. Os “erros” gramaticais ou a “troca” de palavras expressam exatamente as brechas que evidenciam o inconsciente. O dito e o não dito marca o recalque necessário para que o sujeito se dê a conhecer e mantenha desconhecido algo de si. Revela o paradoxo que se instala na diferença do testemunho e do depoimento, onde no primeiro há um dito e um não dito e no segundo, o dito se impõe como prova.

O não dito que nos ocupa enquanto psicanalistas toma duas versões: o que está “guardado” pela ação do recalque, e o que está como indiciático, com um rastro a ser desvelado. Nas palavras de Benjamin, “é um elemento fragmentário, residual que pode ser lido como uma cifra de uma trajetória que o ultrapassa – a história de um indivíduo, uma sociedade, um país. Para que um rastro tenha essa potencialidade, é necessário um observador, capaz de discernir entendimentos de linguagem, diferenciando o imediatismo da atitude reflexiva e distinguindo uma leitura unívoca, por uma lado, e uma interpretação de um texto caracterizada com um trabalho, uma reflexão, por outro” (SEDLMAYER; GINZBURG, 2012, p. 108). Aí se coloca a escuta, que torna pensável o impensável da violência, do horror. Faz possível a retranscrição do que foi rompido, através de uma tradução do que se fez enigma. Torna possível entrar na brecha que o inconsciente abre para que um *não dito* seja *dito*, mas que a escuta não invasiva também mantenha o que não pode ser dito. Sempre vai haver um real, um buraco desde onde se produz intensidade de excitações que constituem o traumático, não dito.

Diante do exposto, a verdade produzida no depoimento resulta em um conteúdo. A verdade, a partir da escuta de um testemunho, produz um trabalho psíquico, que não tem por objetivo a verdade, mas uma vivência subjetiva que necessita ser compreendida no contexto da singularidade. O estatuto de verdade a que nos referimos aqui não está emparelhado ao estatuto científico da

ciência, entendido como uma prerrogativa de poder e legalidade daqueles que detêm o saber, mas sim pela verdade que está dada pelas inscrições psíquicas do acontecimento de quem testemunha, em seu caráter singular de ser sujeito de sua história.

Se destacarmos o paradoxo do *dito e não dito* como um paradoxo necessário no testemunho e que o distingue do depoimento, vamos passar a considerar um segundo paradoxo que encontramos em *nossa* escuta da geração seguinte dos afetados pela violência de estado: *do quero manter e tenho que perder*.

#### **DE UMA GERAÇÃO À OUTRA O EMBATE ENTRE A RECONSTRUÇÃO DO PERDIDO E A MELANCOLIZAÇÃO**

Tomamos de *Luto e Melancolia* (FREUD, 1915/1990) a advertência de que é preciso reconhecer o que foi perdido para que haja o reconhecimento do desaparecimento do objeto e que somente quando houver um substituto narcísico do objeto perdido, é possível que outros objetos passem a ser investidos. Assim, o narcisismo investido no ego se dirige para um novo objeto, e a reconstrução, que consiste no reinvestimento em outro objeto – substituto – abre novas vias de trabalho psíquico não narcísico. Agregamos que mais um elemento se junte a esse processo de reconstrução: “de que o olhar atento ao que foi perdido pode lidar com esse desafio, de modo que a percepção daquilo que foi destruído se articule com a concepção do que é preciso construir” (SEDLMAYER; GINZBURG, 2012, p. 109).

Sustentamos que o processo de *melancolização* se faz recorrente nos familiares das gerações seguintes aos desaparecimentos forçados e mortes de militantes do regime ditatorial. O testemunho de Luis ocorreu depois da Conversa Pública<sup>6</sup> de uma peça de teatro que conta a história de Rita Maurício e seus pais. Ele militante e ela, professora e artista plástica.

Hei de confessar o seguinte: tal como ocorria com o teatro grego antigo, Para sempre: poesia! Cumpriu para mim, uma função catártica. Sou grato a Rita por ter me ajudado a dar um enterro digno a meu pai e ter permitido que eu saísse daquele velório interminável. Velório das minhas lembranças e das minhas culpas. Hoje posso sair do cemitério, chorar e viver o luto. A despeito dos olhos desabituaados pela escuridão, posso já vislumbrar o sol. Certa vez disse Flaubert: Madame Bovary sou eu. Também posso dizer Rita Maurício sou eu.

Verificamos que o rastro dá lugar à história que traz à luz novamente a temporalidade, passagem de uma geração à outra, não como uma marca sem história, mas como uma representação temporalizada que adquire sentido e abre a via de uma substituição. A desapareção como borramento absoluto da realidade de um ser humano escapa às leis da Natureza e do humano. Nenhum corpo ou qualquer outra materialidade ou substância desaparece sem deixar rastro. A desapareção forçada é da ordem do horror e do aniquilamento. Trata-se da abolição do outro pela crueldade da onipotência humana. Só resta a crueldade que deixa o homem entre duas mortes: a morte pela privação da vida e a morte pela privação da morte. Nas palavras de uma filha que não conheceu seu pai “pior que a materialidade da morte é a imaterialidade da vida”.

Vera Paiva, filha do deputado federal Rubens Paiva, morto por tortura no Destacamento de Operações de Informações - DOI do I Exército do Rio de Janeiro no dia 21/22 de janeiro de 1971 e dado como desaparecido, buscou por anos pelo paradeiro do pai, até passado mais de 10 anos resolveu colocar uma participação de missa pela morte de seu pai<sup>7</sup>. Passou a buscar justiça que agora 43 anos depois veio sob a forma de denúncia do Ministério Público contra 5 militares e agentes da repressão pela prática de tortura, sequestro, morte e ocultação de cadáver. Pela primeira vez no Brasil há um pedido de denúncia e punição para responsáveis pelos crimes do regime ditatorial, abrindo precedente para que seja questionada a auto-anistia dos militares decretada pela Lei de Anistia de 1985.

Com a fala de Vera queremos ressaltar dois aspectos: a substituição necessária para que houvesse nova via de processo de luto e não a manutenção de um processo de melancolização, com sentimentos ambivalentes e de culpa que, muitas vezes, faz com que a vida das pessoas se torne um processo interminável de retraimento narcísico e de impossibilidade de transposição para novas vias de significação e de sentido, de um novo ideal.

Da morte, nas várias acepções possíveis que destacamos como pulsão de morte, de desistência à existência, do apagamento da memória, de silenciamento do vivido há o acesso à vida pela palavra, pelo testemunho que supõe que outro escute. Aí se encontram os desdobramentos da violência, reconfigurações do mal-estar da cultura que desafia a escuta do testemunho como potência da clínica psicanalítica. Emergir verdades que trazem à luz processos psíquicos de recomposição subjetiva, mas também coletiva e social nas vias substitutivas de assunção de novas memórias históricas e de processos de justiça. As Comissões da Verdade e projetos de reparação psíquica como o Clínicas do Testemunho, caminham alinhados na perspectiva da justiça de transição.

#### NOTAS

<sup>1</sup> Trechos do testemunho de Lúcia Murat na Comissão Nacional da Verdade, RJ. Maio de 2013.

<sup>2</sup> Trechos do relato de Maria Luiza Castilhos, em seu livro *Elvis, Che, Meu Pai e o Golpe de 64*.

<sup>3</sup> Eduardo Veras assim escreveu quando da morte de Eduardo Coutinho, diretor do documentário *Edifício Master*, no artigo O homem que sabia falar. Jornal *Zero Hora*, dia 8 de fevereiro de 2014.

<sup>4</sup> Habermas afirma que os atos de fala são demandas de validade de três ordens: a autenticidade (correção subjetiva), verdade (correção objetiva) e a certeza (correção intersubjetiva).

<sup>5</sup> Trabalhamos este tema em função de uma prática denominada Depoimento sem Dano.

<sup>6</sup> Conversas Públicas são encontros abertos que, a partir de filmes, peças de teatro e temas que envolvem a memória, o transgeracional, abrem o espaço para o testemunho e a discussão do contexto histórico da ditadura civil-militar no Brasil.

<sup>7</sup> Documentário de Peu Robles e Paula Sachetta (2013), chamado *Verdade 12.528* em referência a lei que instituiu a Comissão Nacional da Verdade em 2011, no Brasil.

## REFERÊNCIAS

- BLEICHMAR, S. La construcción de la verdad em análisis. **Revista Asociación Escuela Argentina de Psicoterapia para Graduados**, Buenos Aires, n. 16, 1990.
- \_\_\_\_\_. **Psicoanálisis extramuros**: puesta a prueba frente a lo traumático. Buenos Aires: Editorial Entreideas, 2010.
- CASTILHOS, M. L. **Elvis, Che, Meu Pai e o Golpe de 64**. Porto Alegre: Libretos, 2008.
- CONTE, B. Depoimento sem dano: a escuta da psicanálise ou a escuta do direito? **Revista Psico**, Porto Alegre. v. 39, n. 2, p. 219-223, abr./jun. 2008.
- FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1999.
- FREUD, S. Consideraciones de actualidad sobre la guerra y la muerte. Trad. de J. Etcheverry. In: STRACHEY, J. (org.). **Obras Completas**. Buenos Aires: Amorrortu, 1990. v. 17, p. 275-301. (Obra originalmente publicada em 1915).
- \_\_\_\_\_. Introducción del narcisismo. Trad. de J. Etcheverry. In: STRACHEY, J. (org.). **Obras Completas**. Buenos Aires: Amorrortu, 1990. v. 14, p. 65-98. (Obra originalmente publicada em 1914).
- \_\_\_\_\_. Duelo y melancolia. Trad. de J. Etcheverry. In: STRACHEY, J. (org.). **Obras Completas**. Buenos Aires: Amorrortu, 1990. v. 14, p. 235-256. (Obra originalmente publicada em 1917[1915]).
- \_\_\_\_\_. Fragmentos de la correspondencia com Fliess. Trad. de J. Etcheverry. In: STRACHEY, J. (org.). **Obras Completas**. Buenos Aires: Amorrortu, 1990. v. 1, carta 52, p. 274-280. (Obra originalmente publicada em 1950[1892-99]).
- \_\_\_\_\_. Proyecto de psicología. Trad. de J. Etcheverry. In: STRACHEY, J. (org.). **Obras Completas**. Buenos Aires: Amorrortu, 1990. v. 1, p. 323-336. (Obra originalmente publicada em 1950[1895]).
- FREUD, S.; BREUER, J. Estudos sobre a histeria. Trad. de J. Etcheverry. In: STRACHEY, J. (org.). **Obras Completas**. Buenos Aires: Amorrortu, 1990. v. 2, p. 274. (Obra originalmente publicada em 1895).
- LAPLANCHE, J. **Nuevos fundamentos para el psicoanálisis**. La seducción originaria. Buenos Aires: Amorrortu, 1989.
- LAPLANCHE; PONTALIS. **Vocabulário de psicanálise**. (2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- LEVI, P. **É isto um homem?** Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- MEDINA, J. **Linguagem**. Conceitos-chave em filosofia. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- SARLO, B. **Tempo passado**. Cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- SEDLMAYER, S.; GINZBURG, J. **Walter Benjamin**. Rastro, aura e história. Belo Horizonte: UFMG, 2012.
- TODOROV, T. **Memória do mal, tentação do bem**. São Paulo: Arx, 2002.